

SUMÁRIO

RESOLUÇÕES

RESOLUÇÃO Nº 23, DE 17 SETEMBRO DE 2007 <i>Regulamenta os artigos 6º, inciso VII, e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93 e os artigos 25, inciso IV, e 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93, disciplinando, no âmbito do Ministério Público, a instauração e tramitação do inquérito civil.</i>	15
RESOLUÇÃO Nº 82, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012 <i>Dispõe sobre as audiências públicas no âmbito do Ministério Público da União e dos Estados.</i>	20
RESOLUÇÃO Nº 164, DE 28 DE MARÇO DE 2017 <i>Disciplina a expedição de recomendações pelo Ministério Público brasileiro.</i>	21
RESOLUÇÃO Nº 174, DE 4 DE JULHO DE 2017 <i>Disciplina, no âmbito do Ministério Público, a instauração e a tramitação da Notícia de Fato e do Procedimento Administrativo.</i>	24
RESOLUÇÃO Nº 179, DE 26 DE JULHO DE 2017 <i>Regulamenta o § 6º do art. 5º da Lei nº 7.347/1985, disciplinando, no âmbito do Ministério Público, a tomada do compromisso de ajustamento de conduta.</i>	26
RESOLUÇÃO Nº 181, DE 7 DE AGOSTO DE 2017 <i>Dispõe sobre instauração e tramitação do procedimento investigatório criminal a cargo do Ministério Público.</i>	30
RESOLUÇÃO Nº 243, DE 18 DE OUTUBRO DE 2021 <i>Dispõe sobre a Política Institucional de Proteção Integral e de Promoção de Direitos e Apoio às Vítimas.</i>	41
RESOLUÇÃO Nº 255, DE 9 DE JANEIRO DE 2023 <i>Dispõe sobre a instituição da Comissão Temporária de Defesa da Democracia.</i>	44
RESOLUÇÃO Nº 257, DE 14 DE MARÇO DE 2023 <i>Dispõe sobre a criação da Estratégia Nacional do Ministério Público Digital (MP Digital).</i>	45
RESOLUÇÃO Nº 259, DE 28 DE MARÇO DE 2023 <i>Institui a Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Ministério Público. ..</i>	47
RESOLUÇÃO Nº 260, DE 28 DE MARÇO DE 2023 <i>Institui a Doutrina de Inteligência do Ministério Público.</i>	50
RESOLUÇÃO Nº 261, DE 11 DE ABRIL DE 2023 <i>Institui o Código de Ética do Ministério Público brasileiro.</i>	51
RESOLUÇÃO Nº 262, DE 30 DE MAIO DE 2023 <i>Institui o Comitê Permanente Nacional de Monitoramento da Implementação de Decisões de Órgãos do Sistema Interamericano de Direitos Humanos (CONADH) no âmbito do Ministério Público brasileiro ...</i>	57

RESOLUÇÃO Nº 264, DE 3 DE JULHO DE 2023 <i>Estabelece parâmetros gerais para a contratação de mulheres em situação de vulnerabilidade econômica decorrente de violência doméstica e familiar no âmbito dos ramos e das unidades do Ministério Público.</i>	59
RESOLUÇÃO Nº 265, DE 3 DE JULHO DE 2023 <i>Institui a Política Nacional de Atenção à Saúde Mental dos integrantes do Ministério Público.</i>	61
RESOLUÇÃO Nº 269, DE 22 DE AGOSTO DE 2023 <i>Disciplina a manifestação não discriminatória de membros do Ministério Público nos processos de habilitação de pretendentes e nos de adoção de crianças e adolescentes, guarda e tutela.</i>	68
RESOLUÇÃO Nº 275, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023 <i>Prorroga, pelo período de 01 (um) ano, a Comissão Temporária de Defesa da Democracia – CTDD, nos termos do art. 6º da Resolução nº 255, de 09 de janeiro de 2023.</i>	69
RESOLUÇÃO Nº 276, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023 <i>Dispõe sobre a Política Nacional do Ministério Público Digital – MP Digital.</i>	69
RESOLUÇÃO Nº 277, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2023 <i>Dispõe sobre as atribuições do Ministério Público na tutela coletiva das políticas públicas de execução penal e na atividade de fiscalização dos estabelecimentos penais.</i>	75
RESOLUÇÃO Nº 278, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2023 <i>Dispõe sobre as atribuições do Ministério Público na tutela coletiva de segurança pública.</i>	80
RESOLUÇÃO Nº 279, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2023 <i>Dispõe sobre as atribuições do Ministério Público no exercício do controle externo da atividade policial.</i>	84
RESOLUÇÃO Nº 281, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2023 <i>Institui a Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e o Sistema Nacional de Proteção de Dados Pessoais no Ministério Público e dá outras providências.</i>	91
RESOLUÇÃO Nº 288, DE 19 DE MARÇO DE 2024 <i>Disciplina a atuação dos membros do Ministério Público em feitos envolvendo a apreensão, custódia e liquidação de ativos virtuais e dá outras providências.</i>	129

RECOMENDAÇÕES

RECOMENDAÇÃO Nº 31, DE 27 DE JANEIRO DE 2016 <i>Dispõe sobre a necessidade de observância, pelos membros do Ministério Público, das normas – princípios e regras – do chamado Protocolo de Istambul, da Organização das Nações Unidas (ONU), e, bem assim, do Protocolo Brasileiro de Perícia Forense, em casos de crimes de tortura e dá outras providências.</i>	135
RECOMENDAÇÃO Nº 34, DE 5 DE ABRIL DE 2016 <i>Dispõe sobre a atuação do Ministério Público como órgão interveniente no processo civil.</i>	136
RECOMENDAÇÃO Nº 54, DE 28 DE MARÇO DE 2017 <i>Dispõe sobre a Política Nacional de Fomento à Atuação Resolutiva do Ministério Público brasileiro. ...</i>	138
RECOMENDAÇÃO Nº 96, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2023 <i>Recomenda aos ramos e às unidades do Ministério Público a observância dos tratados, convenções e protocolos internacionais de direitos humanos, das recomendações da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos; e dá outras providências.</i>	142

RECOMENDAÇÃO Nº 97, DE 30 DE MAIO DE 2023

Dispõe sobre a atuação do Ministério Público para a efetivação do direito humano à alimentação adequada. 145

RECOMENDAÇÃO Nº 98, DE 30 DE MAIO DE 2023

Recomenda aos órgãos do Ministério Público que atuam em procedimentos relacionados com a participação de crianças e adolescentes em ensaios, espetáculos públicos, certames e atividades afins a adoção de medidas destinadas a combater a exploração do trabalho infantil. 146

RECOMENDAÇÃO Nº 99, DE 13 DE JUNHO DE 2023

Recomenda aos ramos e às unidades do Ministério Público a adoção de medidas extrajudiciais e judiciais para a cobrança da pena de multa prevista na alínea “c” do inciso XLVI do art. 5º da Constituição Federal e no art. 49 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); e dá outras providências. 148

RECOMENDAÇÃO Nº 100, DE 3 DE JULHO DE 2023

Recomenda ao Ministério Público dos Estados e do Distrito Federal e Territórios a adoção de providências para fortalecer a atuação funcional dos Promotores de Justiça da Infância e Juventude no processo de escolha dos membros dos Conselhos Tutelares. 150

RECOMENDAÇÃO Nº 101, DE 8 DE AGOSTO DE 2023

Dispõe sobre a inserção do “Direito das Vítimas” e da Vitimologia como temas obrigatórios no conteúdo programático dos editais de concurso de ingresso na carreira do Ministério Público e nos cursos de formação de novos membros. 152

RECOMENDAÇÃO Nº 102, DE 8 DE AGOSTO DE 2023

Dispõe sobre o aprimoramento da atuação do Ministério Público nos casos de recuperação judicial e falência de empresas e dá outras providências. 153

RECOMENDAÇÃO Nº 103, DE 12 DE SETEMBRO DE 2023

Dispõe sobre o aprimoramento e a integração da atuação do Ministério Público para o enfrentamento à crise hídrica e estabelece estratégias jurídicas para prevenção, planejamento, previsão de cenários, mitigação e adequação às situações de escassez hídrica. 160

RECOMENDAÇÃO Nº 104, DE 12 DE SETEMBRO DE 2023

Dispõe sobre a utilização, pelo Ministério Público, de dados de sensoriamento remoto e de sistemas e plataformas de informações obtidas por satélite, para a defesa mais moderna e eficiente do meio ambiente. 167

RECOMENDAÇÃO Nº 105, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2023

Dispõe sobre a atuação do Ministério Público na fiscalização de verbas do Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN) e nas ações orientadas à redução da taxa de ocupação do sistema prisional. 169

RECOMENDAÇÃO Nº 106, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023

Dispõe sobre a possibilidade de utilização das verbas oriundas de transações penais e suspensões condicionais do processo por instituições públicas e privadas de finalidade social destinadas à defesa e promoção dos direitos das mulheres e à prevenção e combate à violência contra a mulher. 170

BÔNUS

CARTA DE BRASÍLIA 174

CARTA DE CURITIBA 180